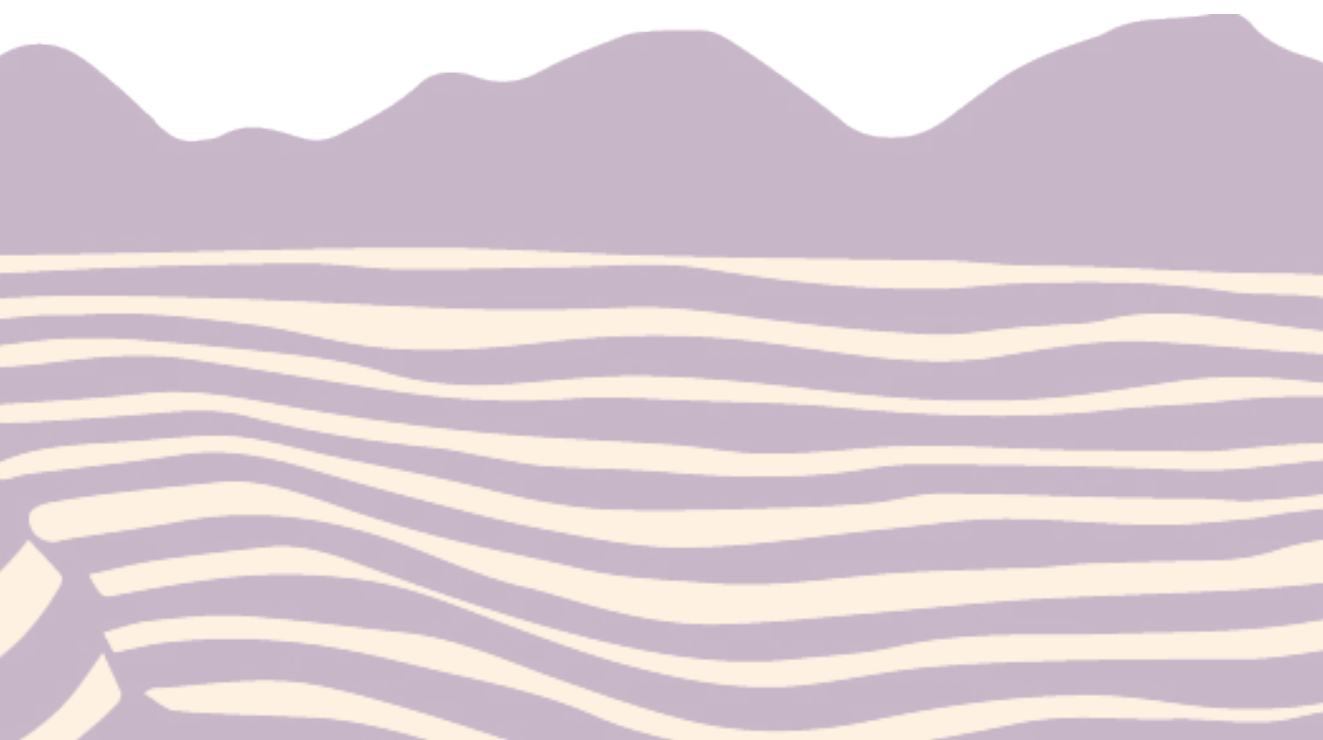


MULHERES E MINERAÇÃO NO BRASIL



Mulheres e Mineração no Brasil



Autora: Marianna Fernandes S.de Brito
Coordenação: Maria Elena Rodriguez
Produção: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
Revisão: Giovanna Langone
Projeto Gráfico: Lais Kunzendorff
Ilustração: Nancy Mora Castro
Apoio: Fundação Ford

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
Rua Senador Dantas, 40, Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.031-203
Telefone: (21) 35283535
secretariageral@ibase.br

www.ibase.br
www.canalibase.br
www.facebook.com/ibase.br

Observatório da Indústria Extrativa
<http://industriaextrativa.ibase.br/>



ibase.
ahaj

Sumário

1

Apresentação _____ **6**

2

**Mineração
na América Latina
e no Brasil** _____ **8**

3

**Mulheres e
mineração** _____ **14**

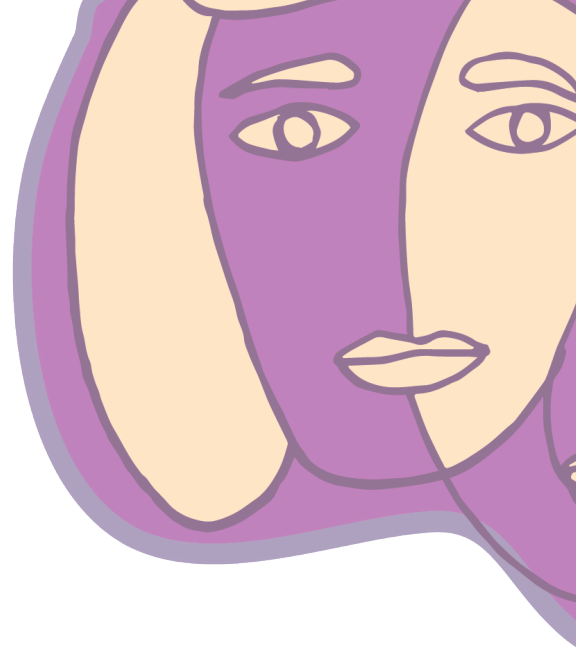
4

Depoimentos _____ **32**

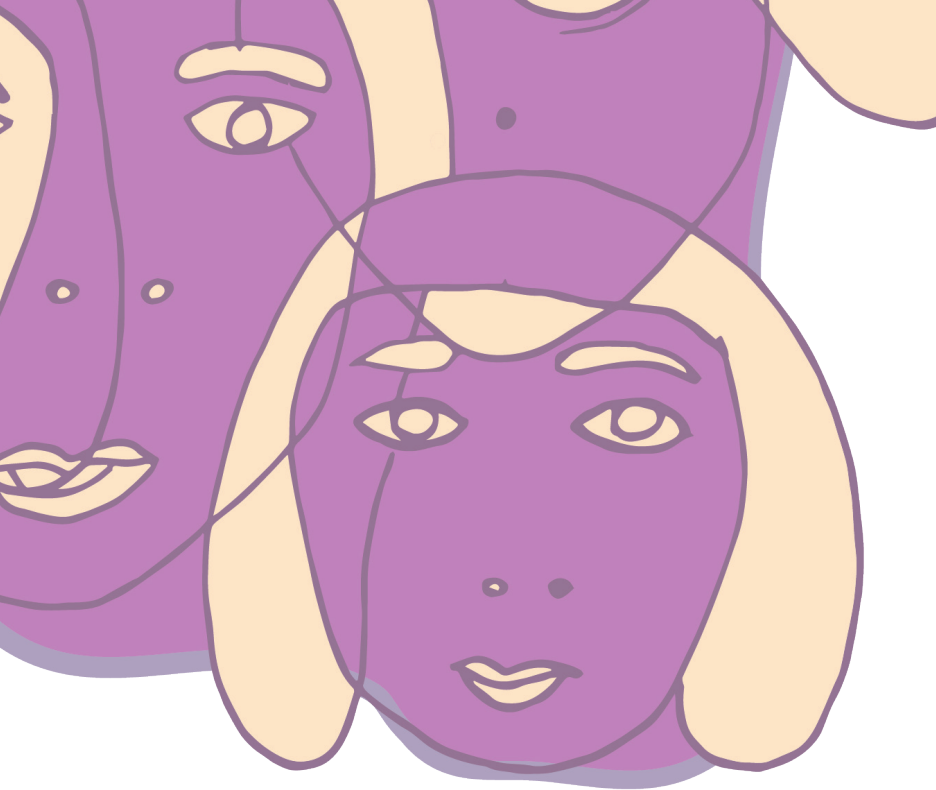
5

Conclusão _____ **52**

Bibliografia _____ **55**



1. A pre sen ta ção



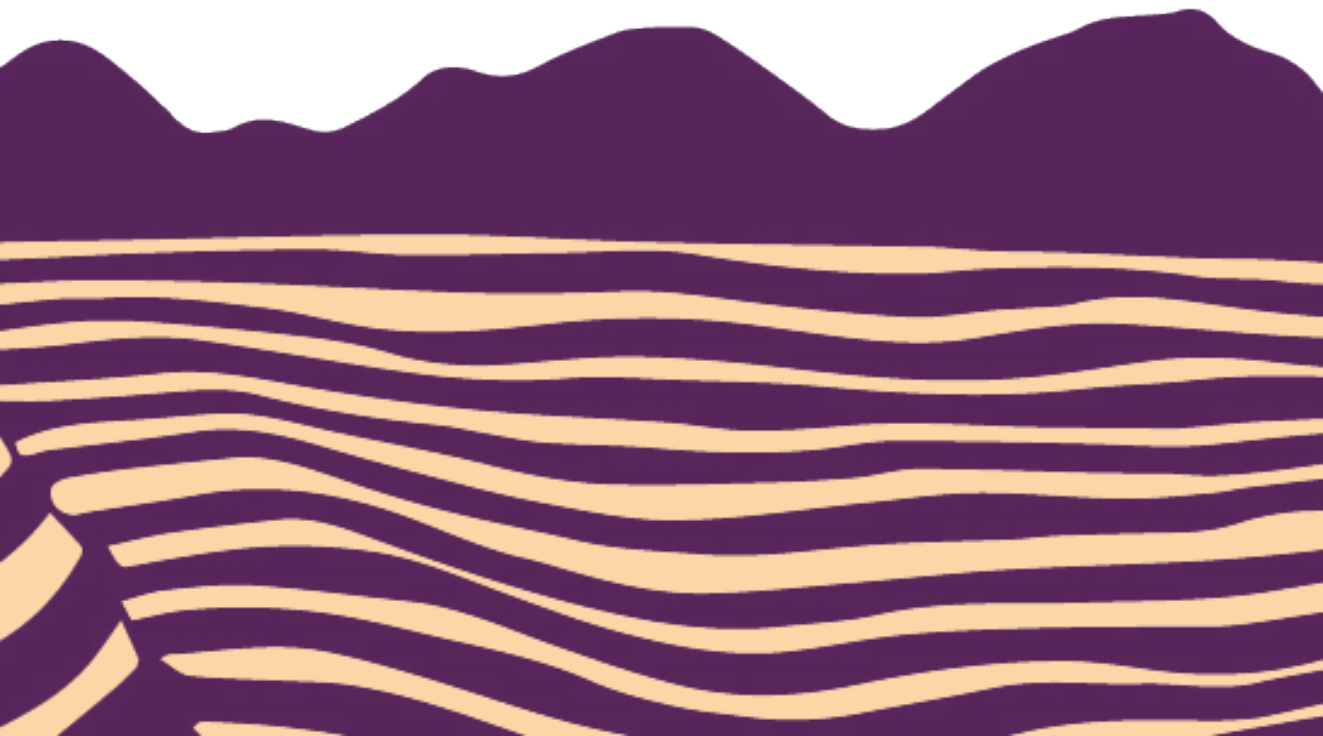
A mineração traz transformações radicais no cotidiano das comunidades. Ela modifica os territórios, gera migrações, perda de bens coletivos e privatização do público. Mesmo que seus impactos sejam sentidos pelas comunidades como um todo, as mulheres sofrem de maneira mais acentuada os efeitos da chegada destes projetos no território. Elas estão sujeitas à discriminação sistemática, aumento da desigualdade e a perda de autonomia. Mas são também as mulheres que resistem, constroem alternativas e procuram melhoras para sua vida e a de suas famílias. Esta publicação é uma primeira tentativa de sistematizar as reflexões que o Ibase tem feito neste tema, tendo como referência o trabalho com mulheres que vivem diferentes realidades em relação à mineração. A essas experiências se somam as discussões e debates que resultaram da oficina Mulheres e Mineração, realizada nos dias 07 e 08 de junho de 2016, em Brasília. A oficina reuniu 15 mulheres de diferentes estados brasileiro e com experiências distintas de relação com a mineração. Foi um espaço importante, que permitiu que trabalhadoras, atingidas e lideranças de processos de resistência estivessem em diálogo, refletindo a respeito de como a atividade minerária impacta em suas vidas e a forma como sua experiência se diferencia daquela dos homens.

O Ibase dedica essa cartilha a todas aquelas que inspiraram, com suas vidas, a realização desse trabalho.

Boa leitura!

2.

Mineração na América Latina e no Brasil



A mineração é uma atividade com longa história na América Latina. Existem países que possuem sua identidade nacional fortemente relacionada à extração de minérios, por conta da importância histórica dessa atividade para suas economias, como no caso da Bolívia, Peru e Chile. No último período, os projetos de exploração e extração mineral na América Latina se dinamizaram e intensificaram. Foram promovidos ajustes estruturais para facilitar o investimento externo, processo que integrou à dinâmica da mineração a territórios de países que não necessariamente tinham uma tradição dessa atividade, nos quais antes a exploração mineral ficava restrita a algumas zonas. É o caso do Brasil. Com o aumento dos preços internacionais decorrente, em grande medida, da demanda da China, inaugurou-se o que se convencionou chamar um superciclo de **Commodities**. Esse período se caracterizou pela expansão das fronteiras do capitalismo, associado ao chamado boom dos preços das commodities. A produção mineral do Brasil deu um salto a partir do início dos anos 2000, tendo o PIB mineral aumentado 500% no período de 2001 a 2013, o que revelou um dos períodos mais lucrativos da história da mineração no país. A partir dos últimos anos, com a queda do preço dos minérios, o superciclo de Commodities dá indícios de esgotamento. Porém, diferentemente do esperado, com a queda dos preços dos minérios nos últimos anos, a exploração e extração de minérios não diminuiu, notícia infeliz para muitas comunidades que viram as empresas avançarem sobre seus territórios.

Commodities é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa mercadoria. O termo é usado sobretudo com referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade, dependendo de sua conservação. No âmbito internacional, as commodities têm seu preço determinado em bolsa de valores.



Nos últimos 15 anos, a importância da indústria extrativa mineral para a economia brasileira cresceu consideravelmente, bem como cresceram os investimentos externos destinados ao setor. Apesar da concentração da exploração e exportação de minério de ferro, atualmente no Brasil existem vários tipos de minério sendo explorados em todas as regiões do país. Os dois estados que mais exportam minérios são Minas Gerais e Pará. Em 2015, Minas Gerais foi responsável por quase metade do volume de exportações de minério do Brasil, enquanto o Pará foi responsável por quase 36%. Quanto ao valor monetário, a participação de Minas Gerais ficou em 39,2% e a do Pará, em 35,8%.

A intensificação da extração de minérios veio acompanhada do aumento vertiginoso dos conflitos sociais relacionados à mineração. Esse cenário representa grandes desafios para os movimentos sociais e populações dos territórios afetados, e não há como compreendê-lo sem olharmos para a maneira como o desenvolvimento, no Brasil e na América Latina, está baseado no modelo extrativista.

Mineração e desenvolvimento no Brasil

No Brasil, assim como nos demais países da região, o Estado é o proprietário dos recursos naturais e, através da legislação, atua como regulador de seu acesso e exploração. Ele concede os direitos de exploração a terceiros, através de títulos. A promoção da extração de recursos naturais por parte do Estado em associação com empresas transnacionais tem se acentuado cada vez mais, pois essa atividade é considerada um dos motores do desenvolvimento.

No Brasil, foram elaborados três planos para o setor mineral entre 1965 e 1994 pelo Ministério de Minas e Energia. Esses planos tiveram como objetivo garantir que fossem realizados e ampliados investimentos públicos e privados no setor. Em 2011, o quarto documento, o Plano Nacional de Mineração 2030, é divulgado. Ele mostra como a quantidade de concessões de lavra aumentou entre os anos 1990 e o final dos 2000, e aponta tendência de aumento da produção mineral para o próximo período, contando com a expectativa de aumento da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) a partir da produção das mais de 2.600 minas existentes no país.

No entanto, as expectativas otimistas da expansão da atividade minerária escondem as consequências desse processo para os brasileiros e brasileiras. O desenvolvimento no Brasil é visto como um processo associado

O requerimento de concessão de lavra é o passo seguinte ao fim da etapa de autorização de pesquisa. É a fase em que se busca uma autorização do Ministério de Minas e Energia para extrair, beneficiar e comercializar o minério identificado na etapa anterior.

ao progresso e à modernização, justificando assim o avanço de empresas transnacionais nos territórios.

Esse tipo de desenvolvimento voltado para a expansão do capitalismo retira a responsabilidade governamental de intervir em situações prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente, permitindo que as empresas atuem como verdadeiras donas da lei.

Apesar de nada dessa realidade ser algo novo, nos últimos anos a venda de nossas matérias-primas e de toda a natureza tem sido associada ao sistema financeiro, com a apropriação de territórios por investidores - a chamada financeirização. Esse processo depende da exploração do trabalho e das fontes de matérias-primas, aprofundando a dependência das lógicas empresariais e impedindo a produção e reprodução da vida, afetando diretamente a vida e autonomia das mulheres.

“

A barragem de rejeitos, a barragem de água que são para alimentar ou a mineração ou o agronegócio; e tem aqui eucalipto e os linhões de energia que também abastecem esse mesmo modelo de mineração e de indústria que tem no Brasil. E. Barcarena.

”

PARÁ



“ Desenvolvimento na cidade minerada é um desenvolvimento para uma minoria esmagadora. Não existe desenvolvimento em cidade minerada.

O desenvolvimento e sustentabilidade que eles pregam não é verdade, é só enganação. Ficamos literalmente com o ônus da mineração. E o bônus vai para fora, pra fora do nosso município e do nosso país.

S. Catas Altas.

MINAS GERAIS

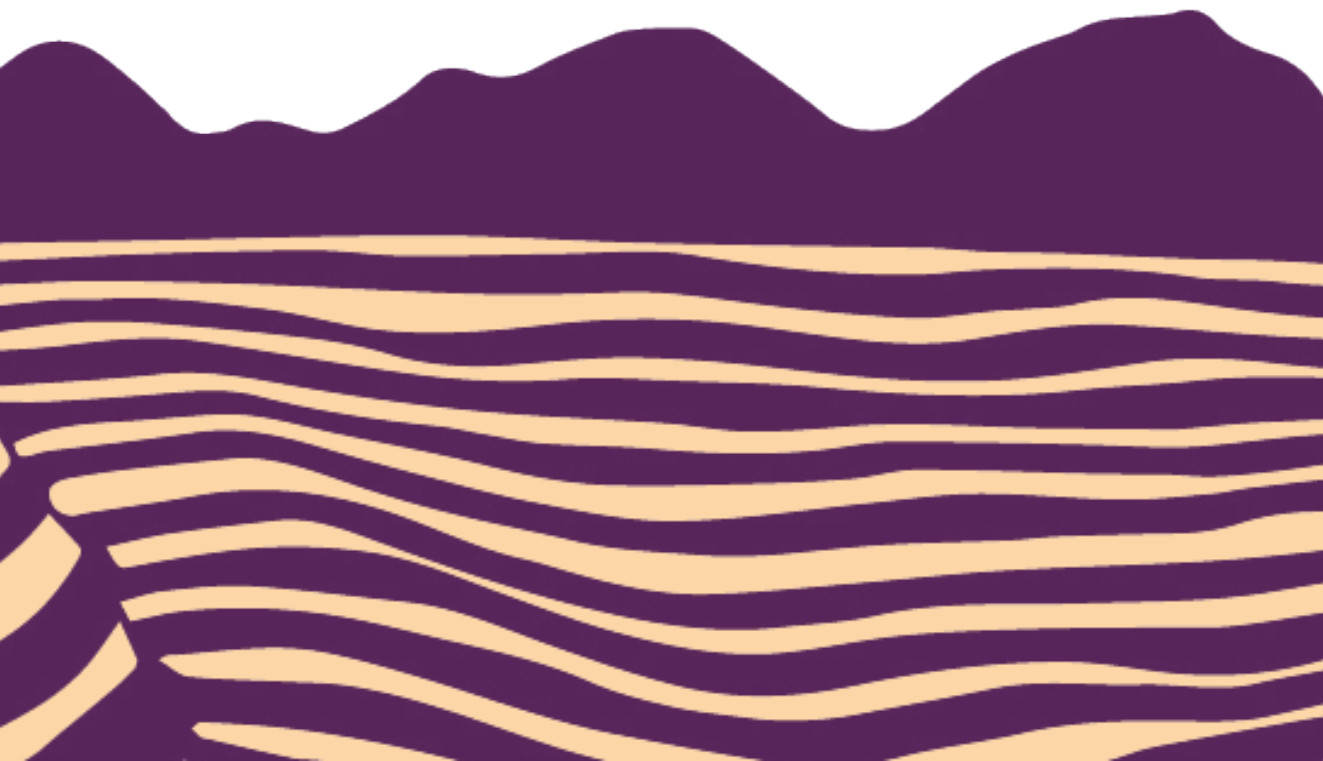
AMAPÁ

“ Essa poeira que é lançada, essa água que é contaminada, esse rio que seca, isso rasga a nossa carne, como mulher, como mãe, como esposa. E a gente não vê o progresso. Não existe desenvolvimento, realmente. Em comunidade minerada só existe perda. Nós vamos perdendo aos poucos, tudo.

M. Serra do Navio

3.

**Mulheres
e mineração:
Como se dá
essa relação?**



O olhar atento aos territórios em que a mineração se instala permite perceber enorme importância de se pensar a relação entre essa atividade e as mulheres. Não só pelo fato de as mulheres serem maioria populacional no nosso país, mas principalmente por sabermos que a mineração adiciona complexidade e conflitos à realidade das mulheres, que já é marcada pelas desigualdades oriundas da opressão que os homens exercem sobre elas.

Com o objetivo de entender melhor essa relação, optamos por adotar como ponto de partida para a reflexão três pontos de vista diferentes: do trabalho, dos impactos e da resistência. Nesse sentido, nos propomos a pensar sobre as trabalhadoras do setor – no garimpo ou na grande mineração; as mulheres atingidas pela mineração; e as mulheres enquanto protagonistas das resistências ao modelo de mineração. Compreendemos que essa é uma divisão para fins de análise, já que as mulheres podem transitar – como frequentemente acontece – entre essas três categorias.



PATRIARCADO:

conjunto de opressões que são exercidas pelos homens sobre as mulheres

Trabalho das Mulheres na Mineração

Uma das bases materiais do patriarcado é a divisão sexual do trabalho, entendida como a divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão é determinada historicamente e culturalmente por uma hierarquia entre homens e mulheres que vai organizar todas as esferas da vida social. Dois elementos importantes da divisão sexual do trabalho são: a destinação dos homens à produção enquanto às mulheres se destina a reprodução; e a ocupação por parte dos homens das funções que tem mais valor social. Nesse sentido, são dois os princípios que organizam essa forma de divisão social do trabalho: o princípio da separação, que estabelece a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio da hierarquização, ou seja, o entendimento de que o trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher.

No caso do trabalho com a mineração, é possível observar que o princípio da separação dos trabalhos entre homens e mulheres se aplica de maneira muito evidente: tanto o garimpo quanto a mineração industrial são considerados trabalhos de homens, a ponto de uma generalização apressada poder conduzir a ideia equivocada de que não existem mulheres nesses espaços. Os mitos de que as mulheres dão má sorte nas minas e a dificuldade de se encontrar números e dados sobre o assunto também

podem ajudar a reforçar essa confusão. O que se observa, no entanto, é a presença significativa e constante das mulheres trabalhando em diversas etapas dos processos produtivos tanto na mineração artesanal quanto nas grandes empresas de mineração. No entanto, nem sempre o trabalho dessas mulheres é visibilizado e remunerado. Estima-se que em torno de 18% das mulheres que trabalham em mineração no Brasil não recebam remuneração. Isso se deve ao fato de as tarefas que essas mulheres exercem não serem consideradas como trabalho, remetendo a um importante debate sobre a economia, que, quando pensada nos marcos do capitalismo patriarcal, tende a ser definida meramente em termos mercantis e monetários, invisibilizando o trabalho das mulheres, que muitas vezes se dá na informalidade.

Mulheres na pequena mineração ou garimpo

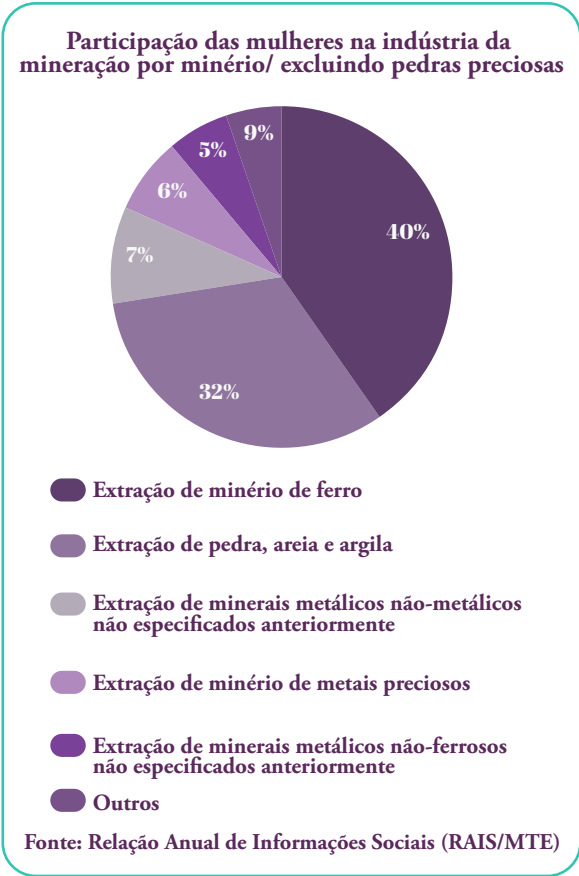
O garimpo/pequena mineração é onde encontramos a maior presença das mulheres e também de crianças, dado o caráter geralmente familiar dessa modalidade. É comum que crianças comecem a garimpar como diversão e posteriormente, antes da idade adulta, garimpem para garantir o sustento de suas famílias. Sendo ambientes de alta informalidade, frequentemente as condições de trabalho são precárias. O posto de trabalho associado às mulheres no garimpo geralmente é o de cozinheira, reforçando a lógica de separação entre os trabalhos de homem e

trabalhos de mulher. No entanto, também é possível encontrar mulheres donas de maquinário de garimpo ou donas de balsa, como ocorre em garimpos do estado do Pará. Além disso, as mulheres desempenham as mais variadas tarefas necessárias para que o garimpo ocorra, sem que esse trabalho seja visível e remunerado ou que com isso elas sejam consideradas mulheres mineradoras. Muitas vezes, as tarefas das mulheres são vistas apenas como uma ajuda ao trabalho que seus companheiros exercem. Em diferentes regiões do país, o garimpo é visto como um local de oportunidades pelas mulheres, mesmo que exista um mito de que não existem mulheres nesses espaços. Existem casos de mulheres no Pará, por exemplo, que vão para região de garimpo para vender mercadorias trazidas de outras partes e relatos de mulheres de Minas Gerais que começaram a ter alguma autonomia econômica através do ouro garimpado.

Mulheres na grande mineração

A participação das mulheres no setor da mineração não é uma novidade, como revelam estudos sobre as mulheres que trabalhavam com mineração subterrânea de carvão em Santa Catarina na primeira metade do século XX. No entanto, a intensificação da indústria da mineração no Brasil no último período fez com que a mão de obra das mulheres fosse mais incorporada nesse setor. Entre 2006 e 2014, o número de mulheres trabalhando formalmente na mineração mais que dobrou, passando de um pouco mais de 10.400 para em torno de 21.400.

A maior parte delas trabalha na área de extração de minério de ferro e de pedra areia e argila, como pode ser observado no gráfico abaixo.



Os estados com maior número de mulheres trabalhando formalmente na mineração são, respectivamente, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que juntos empregam em torno de 70% das trabalhadoras do setor. O trabalho dessas mulheres na indústria da mineração se dá, geralmente, em postos de trabalho que exigem nível médio de qualificação, podendo variar de cargos de secretárias até operadoras de máquinas, supervisoras, técnicas. Parcela menor possui formação superior.



Convenção sobre Trabalho Subterrâneo de Mulheres

Em 1935, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, proibiu o trabalho de pessoas do sexo feminino de qualquer idade em minas subterrâneas, podendo estar excluídas dessa proibição: aquelas que ocupem cargo de direção e não realizem trabalho manual; que sejam empregadas em serviço de saúde e em serviços sociais; mulheres que, durante seus estudos, realizem práticas na parte subterrânea de uma mina, para efeitos de formação profissional; e qualquer outra mulher que ocasionalmente tenha que baixar à parte subterrânea de uma mina, no exercício de uma profissão que não seja de caráter manual. No Brasil, a Convenção foi aprovada e transformada em Decreto-Lei nº 482/1938 sendo mantida essa proibição até hoje.

O aumento da participação das mulheres nesse setor, no entanto, vem acompanhado de imensas dificuldades. Como acontece em outros setores, é recorrente que não recebam o mesmo salário que os homens para exercerem uma mesma função. No que se refere a participação em processos seletivos para concorrerem a vagas em empresas de mineração, as mulheres acabam sempre precisando ter mais qualificação profissional do que os homens para disputarem uma mesma vaga. Há registros de mulheres que perderam vagas em processos seletivos em empresas de mineração mesmo tendo maior qualificação do que o homem com quem concorria.

Geralmente são as mulheres que ocupam os postos de trabalho mais precarizados, lidando, por exemplo, com resíduos e processamento de rejeitos, muitas vezes na informalidade, sem carteira

assinada e garantias trabalhistas. As condições e o ambiente de trabalho podem também ser danosos para sua saúde. Um exemplo é o caso de trabalhadoras da mineração na cidade de Divinópolis, MG, que ocupavam a função de motoristas de caminhões que transportam de rejeitos e minérios. Os longos turnos associados a falta de banheiros femininos fazem com que as trabalhadoras passem por situações degradantes como urinar nas calças, além de resultarem em muitos casos de incontinência urinária. Uma das razões pelas quais isso ocorre é o fato da infraestrutura da mineração ter sido pensada por homens e para homens.

“O papel das mulheres nas empresas ainda é muito pequeno, e mesmo quando conseguem um emprego na indústria, os salários dos homens são sempre maiores que o das mulheres. E fazem sempre serviços gerais, cozinha ou escritório pra servir cafezinho. Não temos nenhuma mulher com papel importante dentro da empresa. Quando foram se instalar onde eu morava, eu tinha quase 20 anos, o presidente da associação da comunidade renegociou algumas vagas para mulheres dentro das empresas. Como não tínhamos muita experiência dentro de empresa, o nosso chefe ouvi um dia falar: “meu maior senho é ver só homens trabalhando aqui na empresa.”

E. Barcarena, PA



Recorrentes são os casos de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. As mulheres que encontram-se em cargos de supervisão nas minas podem ser deslegitimadas por partes dos seus subordinados, tendo frequentemente que adotar posturas associadas à masculinidade, que as coloquem como “bravas” e “agressivas”. Além disso, os canteiros de obras e o entorno das minas são ambientes mais inseguros para as mulheres.

“O assédio sexual é muito grande. Eu sofri assédio sexual dos chefes. Aquelas piadinhas. E a gente naquela inocência, tínhamos que ter cabeça feita, pra deixar passar. Outros falavam que mulher foi feita pra ficar na cama de homem. São coisas que a gente ouvia dentro da empresa.”

E. Barcarena, Pará



A indústria extrativa é considerada um segmento de alto risco para trabalhadores/as brasileiros/as, em termos de acidentes, mutilações, doenças e mortes. Conta também com alta terceirização, que atinge 50% do setor. As dificuldades relativas à desigualdades salariais, assédio sexual e moral e condições de trabalho precárias se somam ao fato de que o trabalho formal das mulheres na mineração corresponde à pouco mais de 10% da força de trabalho do setor. Isso permite afirmar que a indústria da mineração contribui para que cada vez mais mulheres estejam em situação de vulnerabilidade. Esses elementos permitem ampliar o entendimento do que são os impactos da mineração. Eles não se dão apenas no momento da extração do minério, mas nas diversas etapas do processo de instalação do projeto minerário. E também podem gerar consequências a longo prazo. Quando uma mineradora se instala numa comunidade, ela acaba impondo novas cargas para as mulheres. Os homens vão trabalhar na empresa, em turnos exaustivos e condições precarizadas, fazendo com que as mulheres acumulem em casa o seu trabalho e o dos homens. Se os homens são alocados para trabalhar em comunidades vizinhas, as mulheres são incorporadas pela empresa, acumulando mais trabalho ainda. Esse cenário pode culminar, muitas vezes, na incorporação das crianças ao trabalho em casa, o que tem implicações diretas no acesso das meninas à educação, já que serão elas as que ficarão em casa fazendo as tarefas domésticas enquanto os meninos vão para a escola. Além disso, quando uma empresa mineradora se instala, ela aumenta a quantidade de dinheiro em circulação na comunidade. Num contexto de alta desigualdade entre homens e mulheres das famílias na tomada de decisão sobre a destinação e uso do dinheiro, isso pode implicar num aprofundamento da subordinação e dependência econômica das mulheres. Também pode gerar aumento dos casos de alcoolismo e uso de drogas, que por sua vez desencadeiam o aumento da violência doméstica e

dos casos de abuso sexual e estupro, que podem ocorrer tanto por parte de homens da comunidade quanto por forasteiros trazidos pelas empresas ou vindos buscando trabalhar em garimpos. Abordaremos essas questões a seguir.

MINAS GERAIS

“A gente tem que ser realista. Não concordo nos meios que temos para trabalhar, mas infelizmente dependemos da mineração. Muitos hoje já querem voltar pro garimpo, muitos clandestinamente já voltaram pro garimpo, tentando ver o seu sustento. Temos que achar um meio de criar uma renda alternativa pras mulheres da nossa localidade, e ver a possibilidade do homem ter outra função que não seja a mineração.”

C. Catas Altas - MG

Mulheres Atingidas por Mineração: como a mineração – indústria e garimpo – impacta a vida das mulheres?

A relação entre a indústria da mineração e a pobreza se agrava ao saber que a atividade se espalha nos territórios modificando seu perfil econômico para que ele gire em torno dessa atividade. São muitos os exemplos de economias que deixaram de ter a agricultura e a pecuária como bases a partir da instalação de empreendimentos minerários, perdendo assim as formas de vida e de relações não monetárias e não mercadológicas, tais como a troca, entre vizinhas, de legumes e verduras produzidos na horta caseira, e sofrendo com a crescente subordinação de todas as esferas do viver à lógica de mercado e da propriedade, processo que se acentua com o neoliberalismo e que restringe cada vez mais o acesso aos bens comuns. Nesse processo, pelo fato de as mulheres serem as principais responsáveis pela agricultura familiar e pela pecuária, elas acabam sendo especialmente atingidas.

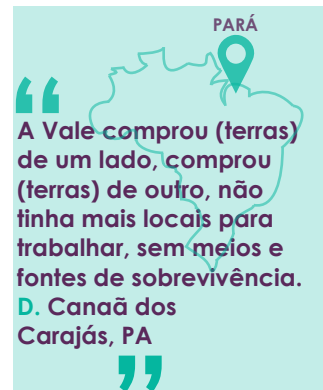
Um exemplo disso é a dificuldade que estão tendo as mulheres que cultivavam alimentos orgânicos em suas hortas caseiras na região atingida pela lama da Samarco/BHP/Vale. A lama destruiu suas hortas, contaminou as fontes de água e isso

implicou na perda do acesso não mercantilizado aos alimentos, bem como na necessidade de passar a comprar alimentos com veneno. Existe também uma denúncia de uma mulher do Pará que conta que a atuação da Vale trouxe consigo a privatização de algumas cachoeiras que antes eram espaço de lazer das comunidades. Nesse sentido, é importante ter em conta que quando as empresas agem nos territórios, as desigualdades são reforçadas através do uso das estruturas do capitalismo patriarcal para impulsionar dinâmicas de crescimento econômico que não colocam a vida em primeiro lugar. Ao contrário, as desigualdades que constituem o sistema são reforçadas.

Reprodução e Cuidado

A divisão sexual do trabalho implica que as mulheres sejam responsabilizadas pelos trabalhos domésticos e de cuidados, entendidos como uma multiplicidade de tarefas cotidianas dentro e fora do ambiente doméstico que envolvem a relação de cuidados com a família e com as crianças. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo executado pelas mulheres é responsável pela produção do viver, mesmo que ele seja frequentemente invisibilizado. A relação das mulheres com a esfera da produção do viver faz com que elas sejam as primeiras a sofrerem as consequências da expansão da mineração sobre os territórios, consequências que se manifestam em diversas áreas de suas vidas. São as mulheres as responsáveis pela lavagem das roupas, que ficam sujas com a poeira das minas. São elas as que cuidam dos familiares quando esses adoecem por problemas de saúde, queixas frequentes de comunidades atingidas. Relatos de problemas respiratórios, de aumento dos casos de câncer, de abortos indesejados, entre outros, são comuns nesses territórios. Às mulheres, adiciona-se essa dimensão dos problemas reprodutivos.

Alguns desses problemas de saúde estão associados

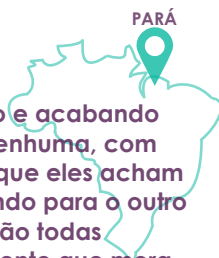


a poluição das águas e, por consequência, dos alimentos, como é o caso do Rio Tapajós, PA, em que o mercúrio da mineração de ouro que acaba gerando contaminação dos peixes; ou de Caetité, onde a mineração de urânio contamina a água e os alimentos. Esse é um elemento importante a ser considerado pois as mulheres acabam perdendo a soberania alimentar com a chegada da mineração, seja pela contaminação das águas que impede o cultivo de alimentos saudáveis, seja pela perda de terras.

Uma mulher atingida pela lama da Samarco/BHP/Vale a partir do rompimento da barragem de Fundão relata que perdeu tudo com a lama, inclusive sua horta. Hoje, não tem como comprovar que a horta existia. Encontra dificuldades de tê-la reconhecida pela empresa e de receber indenização pela perda, visto que a horta era responsável pela alimentação da família. A perda da soberania alimentar também se relaciona com a crescente mercantilização das esferas da vida proporcionada pela instalação das mineradoras nos territórios. A inserção de relações de mercado no lugar de relações de trocas não monetárias acaba dificultando a subsistência das famílias.

Não é só a abertura da mina em si que causa impactos nas vidas das mulheres. A construção de infraestrutura de transporte e energia também afeta seu cotidiano e seus territórios, deteriorando as condições de vida. É o que acontece quando são abertas ferrovias que cortam comunidades ao meio, a exemplo da ferrovia construída para dar vazão a produção da S11D, mina de ferro da Vale, e que passou por cima de diversas comunidades.

“A ferrovia passa por dentro do nosso bairro, cortando tudo e acabando com tudo. As crianças vão para escola sem segurança nenhuma, com esse gigante. Esse trem aqui ele apita, tem uma cancela que eles acham que dá segurança, mas não é, as crianças passam correndo para o outro lado. Já tiveram vários acidentes lá. E nossas casas, já estão todas quebradas, todas rachadas. Eu moro lá há 14 anos, tem gente que mora há mais tempo. A Vale, ela vem enganando as pessoas. Muita gente já estão com as casinhas de madeira caindo, com a esperança da Vale tirar eles. Até hoje eles não vão lá. I. Marabá, PA”



Violência contra a mulher, drogas e alcoolismo

Uma das expressões das desigualdades decorrentes do modelo capitalista patriarcal é a violência contra as mulheres, chamada de violência sexista. Por mais que o local onde ela ocorra com mais frequência seja o ambiente doméstico, esse tipo de violência está presente em qualquer espaço onde existam homens e mulheres, como o espaço público, os ambientes de trabalho, as escolas, o campo, o transporte público, etc. Ela se materializa em cantadas inconvenientes nas ruas, de assédio sexual, estupro e mesmo assassinatos, ao que se dá o nome de Feminicídio. Isso ocorre porque a sociedade se organiza baseada em relações de exploração, dominação e opressão, num processo que subordina e inferioriza as mulheres em relação aos homens. Elas acabam sendo consideradas objetos de posse dos homens, situação que se agrava quando existe dependência financeira e afetiva. Uma das consequências da mineração é o aumento da violência sexista. Estima-se que 7 dos principais estados mineradores do Brasil concentrem 31% dos casos de violência contra a mulher. Os empregos muito precarizados e a deterioração das condições de vida acabam gerando aumento dos índices de alcoolismo, drogas e violência (tanto doméstica quanto no espaço público através do aumento de casos de violência sexual) nas regiões em que grandes projetos de mineração se instalam, deixando todas as mulheres mais sujeitas a situações de violência. No entanto, existem mulheres que sofrem mais violência. A combinação entre o racismo e o patriarcado, no Brasil, implica em maior violência contra as mulheres negras; as mulheres indígenas também estão mais expostas à violência.



MINAS GERAIS

“Tem essa questão da droga, no nosso distrito somos uma média de 600 a 800 moradores e hoje a gente lida com essa questão, no caso o crack. Não tem política pública para combater isso, a empresa não quer nem saber porque não se envolve. Eu quero contestar essa questão de desenvolvimento, eles levam esse discurso para convencer a sociedade de que são muito maravilhosos e muito bonzinhos.”

S. Catas Altas, MG



PARÁ

“Muitas mulheres foram vitimadas. Na minha região tem uns barcos que levam as prostitutas da cidade pro navio. Teve o caso da S. que foi no barco e não sabemos o que aconteceu no navio, mas mataram ela e jogaram ela na água.”

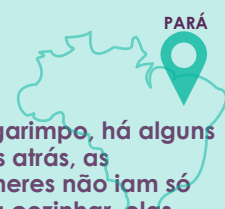
E. Barcarena, PA

Prostituição, violência sexual e gravidez

Outro grupo de mulheres que está especialmente exposto à violência são as mulheres prostitutas. A prostituição é recorrente nos territórios onde existe mineração, tanto no garimpo quando nos grandes projetos de empresas transnacionais.

A super exploração do trabalho e a destruição do território, produtos de uma lógica desenvolvimentista que não coloca a vida em primeiro lugar, acaba sendo amortecida pelos corpos e sexualidades das mulheres, num contexto em que os trabalhadores da mineração representam uma demanda por prostituição. Há relatos da ocorrência de bingos que tem mulheres como “prêmio” em regiões de garimpo. Algumas cidades mineradoras estão, inclusive, em rotas de tráfico de mulheres para outros países, tanto da América Latina quanto da Europa, e a relação entre mineração e tráfico de mulheres para fins de prostituição é evidente. Muitas mulheres são enganadas por ofertas de trabalho na mineração de garimpo como cozinheiras, e acabam sendo vítimas de tráfico para prostituição. O perfil dessas mulheres vítimas de tráfico varia, mas é notável a presença de menores de idade e mulheres negras e indígenas de classes populares.

A chegada de um grande contingente de homens, provocada pela instalação de um grande projeto de mineração ou de infraestrutura, ou pela garimpagem, acaba se revelando um fator que coloca as mulheres em risco e vulnerabilidade, tanto pela exposição ao tráfico de mulheres e à prostituição, quanto pela violência sexual. Infelizmente, existe pouquíssima informação a respeito do tema da violência sexual e dos estupros em relação com a mineração no Brasil. No entanto, os depoimentos de mulheres nos



PARÁ

“No garimpo, há alguns anos atrás, as mulheres não iam só para cozinhar, elas iam também para fazer programa. Até hoje existe ainda, mas hoje é mais civilizado. Tem muita casa noturna. Como a polícia hoje proíbe esse negócio da prostituição, elas alugam quartos em hotéis grandes. Hoje não existe mais essa palavra 'Cabaré'. É no hotel que acontecem as coisas. Ai o que acontece também? Drogas. A droga vem acompanhada com a prostituição, com doenças venéreas, violência... Muitas vezes já mataram porque ficam com ciúmes das mulheres

L. Tapajós, PA”

territórios somando aos dados existentes sobre violência sexual em áreas de mineração de outros lugares do mundo permitem afirmar que a tendência a altos índices de violência sexual relacionada a mineração se confirma também no Brasil. Na África do Sul, por exemplo, foi constatado que em Rustenburg, área de mineração próxima a Joanesburgo, 1 em cada 4 mulheres já foi estuprada. A esses impactos se somam os casos de gravidez, que aumentam quando ocorre a chegada de grandes fluxos de homens de fora para as comunidades. Esse fenômeno, recorrente em áreas de mineração de grandes empresas, é chamado de “Filhos da Mineração”. As mulheres engravidam e acabam tendo que criar seus filhos sozinhas, já que os homens deixam a comunidade quando as obras terminam. Esse fenômeno também contribui para a que mais mulheres estejam em situação de pobreza.

“Com a chegada das grandes empresas na minha região foram centenas de casos de prostituição. Aquilo nos assombrou dentro das comunidades tradicionais, pois chegaram muitas mulheres de fora pra prostituição. E com a prostituição chegaram também as doenças. A AIDS foi alarmante. Muitas crianças nascendo sem pai. Com a chegada de outros empreendimentos, a prostituição foi se deslocando pra outras comunidades. Mas a verdade é que a prostituição abalou as famílias.”

E. Barcarena, PA

PARÁ

“As mulheres engravidam muito em função de qualquer projeto de expansão da mineração numa cidade. Deixa o que costumamos chamar de os filhos da mineração, porque o cara vai embora e a mulher fica para cuidar do filho sozinha.”

S. Catas Altas, MG

MINAS GERAIS

“Na minha cidade não tinha casa de prostituição. Com a chegada dos 600 homens de fora pra trabalhar lá, foi fundada uma casa... A polícia já bateu lá algumas vezes, porque até meninas menores tinha lá. Meninas de 14 anos... Foi quatro vezes que a Samarco trabalhou lá. Tem filhos da Samarco de quatro gerações lá.”

O. Barra Longa, MG

MINAS GERAIS



Tragédia-crime Samarco/BHP/Vale

Em abril de 2016, o IBASE participou da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, ocasião em que recolhemos denúncias e depoimentos de mulheres atingidas pela lama. Entre as denúncias, encontramos:

- Casos de aborto “espontâneo” com a notícia da chegada da lama e após uma mulher ser arrastada pela lama. A Samarco ainda não reconheceu esse aborto como tendo sido causado pela empresa.
- Casos de entrega do cartão que dá acesso ao pagamento mensal de indenização aos homens chefe de família, e não às mulheres, o que não só reduz a autonomia econômica das mulheres como também implicou no aumento do alcoolismo, do uso de drogas e da violência contra as mulheres
- Caso de grupo de mulheres que estava se organizando para iniciar uma cooperativa de produção de doces como alternativa econômica para sua subsistência e que tiveram a estrutura do local destruída pela lama e perderam tudo que já haviam organizado para o empreendimento
- Casos de violência sexual a partir dos trabalhadores das empresas terceirizadas contratadas para limpar o Rio Doce
Destruição de hortas caseiras e perda da soberania alimentar das mulheres, que hoje são obrigadas a comprar comida com veneno para alimentar suas famílias
- Destruição dos lugares comunitários e de encontro, como praça em Barra Longa que virou estacionamento da Samarco; perda de vínculos por conta da separação das famílias atingidas.

Mulheres na resistência ao modelo atual de mineração

As mulheres, pelo fato de serem historicamente os principais sujeitos do trabalho reprodutivo, dependem mais do acesso aos bens comuns e por isso se comprometem mais com sua defesa. Desde a primeira fase do desenvolvimento capitalista, as mulheres estiveram na linha de frente contra os cercamentos e foram defensoras das culturas comunitais, sob ameaça a partir da colonização europeia. Essa resistência continua até hoje, com as mulheres como principais opositoras à mercantilização total da natureza.

Na América Latina, nos diversos países onde o extrativismo que não respeita a lógica da vida se instala, é possível constatar o protagonismo das mulheres na defesa dos bens comuns e da vida. Na Argentina, encontramos as mulheres como protagonistas das Asambleas Vecinais que buscam defender as comunidades do avanço das empresas e o caso das Mulheres das Quartas-feiras em silêncio (ou Mulheres do Silêncio de Andalgá) em protesto contra os danos da mineração; na Colômbia, as marchas das mulheres do norte do Cauca contra a mineração legal e ilegal e as nefastas consequências dessa atividade em suas vidas; além da organização das mulheres de Piedras, Tolima, que protagonizaram a mobilização para a primeira consulta popular contra mineração no país. Impossível não mencionar lideranças latino-americanas como Berta Cárceres, recentemente assassinada, e Máxima Acuña Atalaya, forjadas na luta pelos direitos humanos e da natureza. E a lista se estende à diversas mulheres e comunidades de muitos países da América Latina. No Brasil, não é diferente. As mulheres também protagonizam a defesa dos seus territórios e comunidades, seja organizadas em movimentos sociais mistos, auto-organizados ou tendo uma atuação local juntamente com outras defensoras e defensores dos direitos humanos e da natureza.

“

Os movimentos sociais da nossa comunidade são liderados pelas mulheres. Os homens são mais acomodados.
E. Barcarena, PA

”

“

Hoje estamos cercados, por tudo, eles pagam pessoas para preparem, pra convencer a comunidade. Não é fácil nossa batalha. Você tá na luta, você é mal vista.
J. Silvânia, GO

”

As mulheres participam enquanto atrizes relevantes nesses processos de resistência porque tem formas de valoração e apropriação social da natureza que diferem daquelas das empresas transnacionais e dos Estados, permeados pela lógica desenvolvimentista. Essas diferenças entre de valoração e apropriação social acabam gerando conflitos socioambientais. No entanto, para além do acesso aos recursos, os conflitos que surgem a partir das contradições geradas pela expansão das transnacionais nas comunidades também são por direitos: direito à participação, à decisão e à autodeterminação.

O processo de engajamento na luta nem sempre é fácil para as mulheres. Se as dimensões de gênero, raça e classe social já proporcionam às mulheres em relação com a mineração uma situação de discriminação, isso se intensifica quando se adiciona a condição de defensoras de direitos humanos e do meio ambiente. A dicotomia do capitalismo patriarcal entre o espaço público como o espaço de produção e espaço dos homens, e o espaço privado como espaço de reprodução e das mulheres, faz com que a luta política não seja vista como um lugar das mulheres. Frequentemente, mulheres engajadas na luta contra a mineração são vistas como estando fora do seu lugar e ficam mal faladas na sua comunidade.

Começam a enfrentar problemas em casa, principalmente com seus maridos, que muitas vezes não aceitam o engajamento das mulheres na luta, podendo questionar suas motivações, ameaçá-las com uma separação e tentar dissuadi-las de participar da resistência. Além das dificuldades com a família, enfrentam também desafios no seu local de trabalho e dentro dos próprios movimentos de que fazem parte.

A invisibilização de todas as dimensões em que a mineração impacta as vidas das mulheres faz com aquelas que se engajam nas lutas por direitos e em defesa de suas vidas e seus territórios sejam consideradas como sendo contra o progresso e o desenvolvimento. No entanto, em última instância, sua luta representa um questionamento ao desenvolvimento que não coloca a lógica da vida em primeiro lugar.

“

A gente tem a responsabilidade com filhos, com a família, com a casa, com o trabalho... E por outros motivos mais, muitas vezes a gente tem vontade de parar, de desistir da luta. Mas aí a gente se renova, e percebe que não pode parar. Percebemos também que a luta não para. É assim mesmo, a todo instante a gente vai ter essas sensações.

S. Catas Altas, MG

”

“

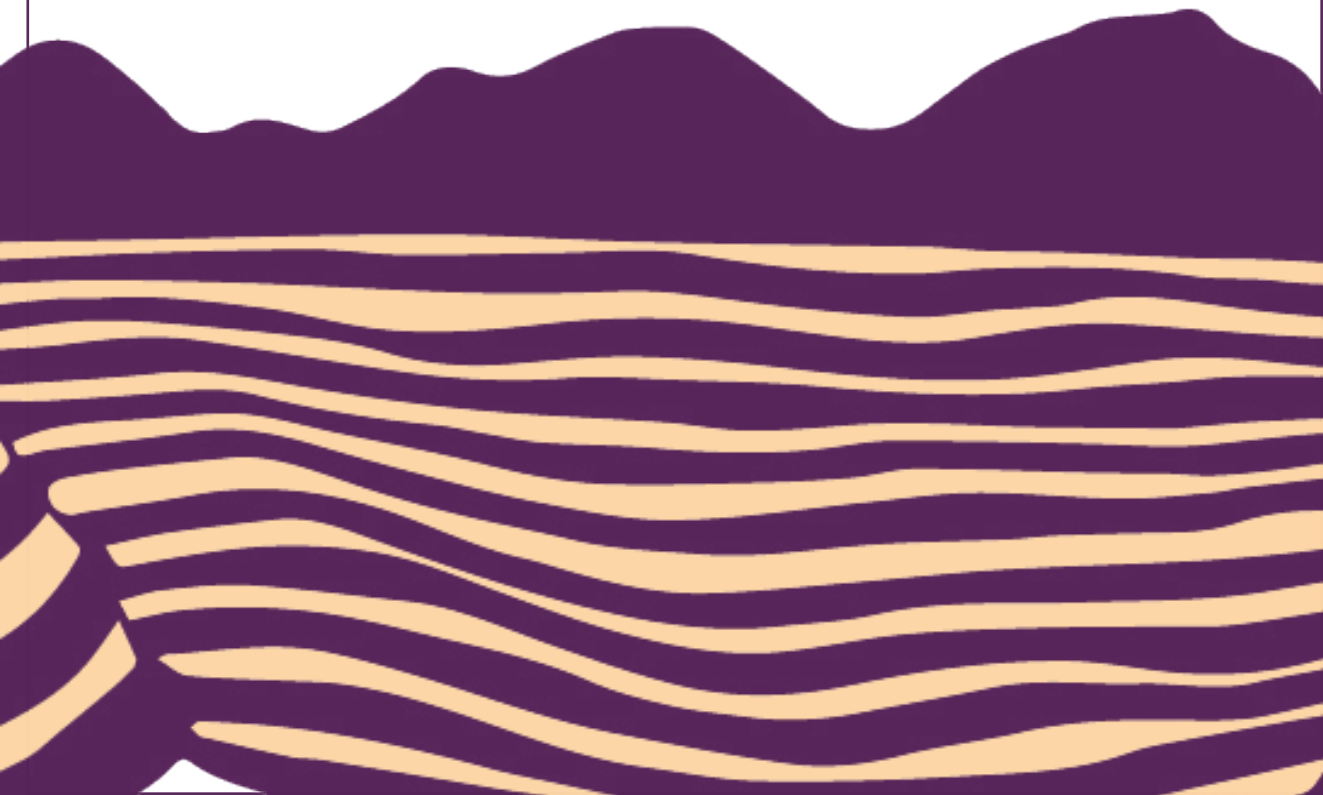
Nas nossas comunidades nós somos consideradas 'picuinhas' quando nos envolvemos na luta. Falam 'Ah, mulher só serve pra fazer picuinha, só vai pra reunião arranjar problema.

C. Canaã dos Carajás, PA

”

4.

Depoimentos



Oficina Mulheres e Mineração

A oficina reuniu um grupo de mulheres oriundas de comunidades do Norte (Pará e Amapá); Sudeste (Minas Gerais); e Centro-Oeste (Goiás), entre 25 e 60 anos, que se relacionam de distintas formas com a mineração: enquanto trabalhadoras de garimpo e da grande mineração, enquanto atingidas tanto pela abertura de minas quanto pela infraestrutura de complexos minerários e por crimes ambientais, e também enquanto lideranças de resistências à mineração. Um grupo bastante heterogêneo que permitiu levantar multiplicidade de questões e a complexidade do tema.

A oficina se dividiu em dois momentos. No primeiro dia, as mulheres se apresentaram umas às outras e compartilharam sobre suas histórias de vida. No segundo dia, com facilitação da Marcha Mundial das Mulheres, identificaram experiências em comum entre as presentes; refletiram sobre as diferenças entre as percepções dos impactos da mineração entre os homens e as mulheres; e elaboraram cartografias coletivas de seus territórios (fotos ao final do capítulo).

O resultado foi um diagnóstico coletivo de como as participantes entendem a questão da relação entre as mulheres e a mineração, o qual buscamos sintetizar na sessão anterior. A seguir, compartilhamos os relatos das mulheres sobre suas histórias de vida.

L,

Mora há 30 numa comunidade às margens do Rio Tapajós, na região de garimpo do Tapajós, no estado do Pará. Se mudou com 23 anos para a região, onde começou a trabalhar como comerciante, vendendo objetos em troca de ouro. Casou-se com 16 anos, mas o marido a abandonava sempre que ela engravidava. Com 23 anos e 4 filhos, esperou a filha completar 8 meses e foi para o garimpo do pai de uma amiga. Segundo ela, a ida para o garimpo era uma oportunidade de ter uma vida melhor. Ali começou a comercializar diversas mercadorias trazidas de Manaus em troca de ouro. Se casou com um garimpeiro, que conheceu quando este trabalhava tirando ouro com suas máquinas de extração. Hoje, atuam vendendo e comprando ouro, e **L.** é microscopista: faz exames para identificar a malária. Também recebeu o título de presidenta numa associação de garimpeiros e é uma liderança na luta contra a criminalização do garimpo. Uma de suas principais críticas está relacionada ao fato de o estado demandar a saída dos garimpeiros da região sem apresentar para a população uma alternativa econômica ao garimpo. Assim como ela, existem pessoas que moram no local há mais de 30 anos, têm níveis baixíssimos de escolaridade e muitas vezes nem possuem documentos, o que torna a situação muito complexa. Nesse sentido, não adiantaria

apenas queimar o maquinário dos garimpeiros e explodir o garimpo, diz a líder, explicando que o processo de extração de ouro no garimpo contamina pouco os rios, em comparação ao que causam a soja e a grande mineração. Quando perguntada se existem mulheres no garimpo, L. responde:

“As mulheres estão nas cozinhas dos garimpos, ganhando entre 15 e 20 gramas de ouro para cozinhar, mas também podem ser donas de maquinário. **É um trabalho normal, não tem mulher que é taxista? Tem mulher garimpeira também!**”



Tapajós, PA

Região no Oeste do Estado, em que predomina, historicamente, o garimpo de ouro, pelo fato de o Tapajós contar com uma das maiores reservas auríferas do mundo. Há usinas hidrelétricas previstas para o rio Tapajós, que consta também como uma das saídas de escoamento da produção para exportação.

E,

E. vive na região de Barcarena, município localizado na microrregião de Belém. professora municipal, casada e com três filhos, seu sonho é que os impactos da poluição não afetem mais sua região e todo o planeta. A professora conta que foi com instalação da Albrás que a desgraça iniciou em Barcarena, pois a empresa trouxe consigo muitos posseiros e invasores das terras de famílias. Aos poucos, a população da região foi vendo o surgimento dos impactos: aumento da prostituição, trabalho escravo, violência e expulsão das famílias.

Há histórias de famílias que foram retiradas à força, sem indenização e com violência.

A empresa enviou uma caçamba para pegar o material que poderia ser retirado das casas, e deixou as famílias debaixo de uma árvore. Eles estão lutando até hoje para serem indenizados, numa disputa em que o Ministério Público dá ganho de causa às famílias, porém a empresa sempre recorre. **E.** acredita que essa é uma grande marca da história dos povos campestre e indígena na região: a peregrinação pelo direito à terra, causada pela instalação de grandes empreendimentos.

No seu caso, a primeira expulsão ocorreu quando tinha apenas 16 anos, pela Pará Pigmentos. Na ocasião, em torno de 20 famílias pescadoras foram removidas de suas terras, e muitas não receberam casa nova ou indenização. Além disso, houveram casos em que havia mais de uma casa por terreno e apenas o “pai de família” recebeu a casa em troca, o resto da família ficou sem ter onde morar.

Numa segunda ameaça de remoção, a professora decidiu resistir. As famílias estiveram sob vigília da empresa durante um ano, e a Albrás chegou a colocar pessoas de dentro da comunidade para

vigiar a escola que que as/os moradoras/es não deixaram derrubar. As casas das pessoas tinham sido demolidas para que elas não retornassem.

Mas a resistência não parou por aí: as famílias se organizaram em uma associação - na qual a professora foi conselheira, pois perceberam que assim teriam mais força. Nesse meio tempo, chegaram a fechar a comunidade para exigir seus direitos, e quando a empresa se deu conta da associação, começou a chamar as famílias para negociar separadamente. Levavam moradores para passar o dia dentro da empresa, chamavam pra almoçar, tomar café e faziam conversas individuais. Essa atitude minou a resistência, e quando as/os moradoras/es viram, já não tinham um grupo tão unido.

As quatro famílias que restaram transformaram a escola municipal da região em um ponto de resistência. A escola foi saqueada pela empresa, que tirou tudo que podia ser usado pelas/os estudantes, os utensílios de cozinha, todas as carteiras, os lanches e tentaram derrubá-la. Moradoras/es e crianças cercaram a escola para proteger no dia da derrubada até a madrugada. Uma menina perguntou “Tia, vamos deixar de aprender muita coisa, né? Porque levaram tudo da gente”. Ela respondeu que levariam as coisas materiais mas professores (ela e o marido) estariam ali para resistir.

Outra questão levantada por E. foi o problema da associação entre polícia e empresas, além do descaso do poder público com as recorrentes denúncias das famílias. Denunciaram, por exemplo, que o cunhado da professora estava sofrendo ameaças por conta do seu papel de liderança no processo de resistência e nada foi feito. A professora narra um episódio em que seu cunhado foi levado para dentro a delegacia e passou a noite lá, sendo ameaçado e coagido a se retirar da região, abandonando as famílias que estavam resistindo. A companheira dele foi ameaçada de estupro dentro da delegacia. Algum tempo depois, o cunhado foi assassinado da forma como prometiam as ameaças que recebia.

A própria professora foi incentivada a deixar a localidade pela Polícia Federal. Ela conta que a morte do cunhado afastou sua família da luta por aproximadamente 10 anos, pois tinham medo de serem assassinados. Ainda descreve a penosa rotina de vigílias noturnas, em que ela e o marido revezavam: cada noite era a vez de um deles permanecer acordado, já que ficavam isolados morando no meio da mata. Eles saíam para trabalhar e deixavam os 3 filhos pequenos em casa, e temiam muito pela vida de suas crianças.

Hoje, de volta a luta, E. acredita que as dificuldades geraram resultados positivos, pois a região está habitada e fortalecida novamente. Existem em torno de 200 famílias no local, além de cinco igrejas e a escola municipal, que permanece de pé, graças a resistência da comunidade. Ainda assim, a situação é difícil: o local continua permeado por grandes indústrias, que geram impactos no meio ambiente, contaminando a água e o solo com resíduos provenientes do beneficiamento da bauxita. Isso dificulta as tentativas da comunidade de cultivar hortas e criar animais de pequeno porte.

“É importante resgatar a identidade da mulher, a história de peleja, de conquistas da mulher camponesa, indígena e quilombola.”



Barcarena, PA

Município em que predominam projetos de beneficiamento mineral, tendo se convertido de um município com economia relacionada ao meio rural para um município industrial, sediando empresas como Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim.

I,

Casada, mãe de seis filhos e membra da comissão de moradores, **I.** vive na região de Marabá – MG, próxima a ferrovia da Vale. Os moradores são fortemente impactados pelas atividades da empresa, com problemas que vão desde poeira e rachaduras até o completo desabamento das casas. Em consequência, a Vale promete realojá-los, porém o que se vê é uma grande disparidade: os mais ricos ganham indenização, enquanto os mais pobres veem suas casas caindo e não recebem absolutamente nada. Além de negar a existência das casas dos que não receberam indenização, o lento processo de requisição de moradia por parte da Vale também dificulta a situação dessas pessoas, que têm seus documentos recolhidos por meses enquanto veem suas casas indo abaixo, aguardando por laudos e aprovações que nunca saem. A moradora chama atenção para a fragmentação causada pela empresa: conversas individuais e descrédito de lideranças frente à comunidade são algumas das táticas para deixar as pessoas sem um lugar para viver.

I. conta também que sua mobilização se deu através do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, e o que mais lhe marcou durante todo o tempo de luta foi a visita à Racha Placa, localidade em que morou e viu os pobres entregues à própria sorte, após as ações da Vale. No caso de sua família e de muitas outras que conseguiram realojamento, as casas recebidas não têm energia ou a energia é muito cara para conseguirem manter. Ela ressalta a importância do conhecimento de direitos por parte da população, já que a empresa tenta enganá-los a qualquer custo.



Marabá, PA

Município no Sudeste do Estado, por onde passa a ferrovia da Vale que irá escoar a produção de S11D. O agronegócio também é uma atividade expressiva.

C,

A S11D, maior projeto de mineração de ferro no planeta, foi o motivo pelo qual C. teve que deixar sua casa em Canaã, após os impactos na produção rural causados pela chegada da mineração. Mais da metade do município foi comprado ilegalmente pela Vale, o que fez com que ela e mais 150 famílias resolvessem se dividir em quatro acampamentos. O acampamento em que ela vive fará um ano de luta na ocupação de terras.

“Eu não vejo que a Vale queira contratar mais mulheres. Porque elas têm mais gasto. E me refiro a implantes de saúde, licença-maternidade. Eles perguntam: solteira? Tem filhos? Geralmente as que não tem filhos são podadas, porque eles já veem como gastos futuros para eles.”

“Resolvemos ocupar essas áreas que a Vale se diz dona. São acampamentos, tentando mostrar a produtividade nessas áreas, e assim conseguir reverter esse quadro. Então estamos tentando pegar no dedinho do dragão pra derrubá-lo.”

D,

D., que mora no município há 20 anos, diz que nunca viu os rios Sossego e Parauapebas tão secos quanto no ano passado. Os pescadores não têm mais o que pescar, espécies entraram em extinção e as cachoeiras foram privatizadas. Além dos impactos ambientais, a empresa ainda trouxe consigo um aumento populacional que a

cidade não conseguiu abarcar. Se hoje a Vale decidir sair do município, não há outro meio de subsistência possível.

Os acampamentos sofreram algumas liminares de despejo, mas fortificados com a união de acampamentos vizinhos e o apoio de movimentos sociais, CPT, CEPASP, FETAG, MAM e do próprio Ibase, reconquistaram suas casas e continuam a demonstrar produtividade plantando e cultivando as terras.



Canaã dos Carajás

Município com muitos projetos de extração mineral por possuir reservas de cobre, níquel, minério de ferro, ouro. Entre os projetos, o S11D, considerado um dos maiores projetos de mineração de ferro da história.

S,

Assim como as outras mulheres líderes na militância contra os impactos da mineração, S., uma das fundadoras da Associação Comunitária de Nascentes e Águas da Serra da Canastra, nos conta as dificuldades sofridas por sua comunidade desde que a mineração a céu aberto tomou conta da região. O fim da mineração de pequeno porte intensificou o desemprego dos homens e impulsionou o garimpo como forma de sobrevivência das famílias. Hoje a comunidade - que é refém da mineração e não vê possibilidade de outro modelo econômico,

precisa viver a 700m de uma mina ativa e outra abandonada, convivendo com todos os tipos de impactos possíveis.

A servidora pública, divorciada e mãe de dois filhos, chama atenção para a mudança do papel das mulheres nas atividades com o impulso do garimpo. As famílias inteiras precisaram ajudar, mulheres e crianças, para garantir o sustento de famílias que tinham em média de 6 a 8 filhos. Apesar das mazelas, o garimpo trouxe consigo uma maior união da comunidade, convivendo como uma grande família, e as mulheres se viram saindo do ambiente doméstico para garimpar.

No entanto, o garimpo, que recebeu o apelido de Serra Pelada, por conta de Carajás (mesmo que lá as proporções de ouro extraído fossem bem menores), já não é mais permitido na região, e a comunidade convive com o monstro da Vale, numa luta desigual e sofrida. A poluição gerada pela mina tem deixado muitas pessoas na comunidade doentes.

“A mulher é mais impactada que o homem porque o homem se vê como agente, mas se vê como provedor: o cara que vai para a mineração e trabalha, e estando lá não se sente como atingido. A mulher em todas as fases do projeto é diretamente atingida.”

Sob as ameaças do mesmo processo extrativista na região, C., presidenta da Associação ao lado de S. E militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), é casada e tem três filhos. O marido ficou dois anos trabalhando com ela no restaurante que os dois abriram, mas agora voltou a trabalhar para uma mineradora. Ela conta que o marido repreende suas ações, dizendo que ela está atrapalhando, mas que isso não a impede de continuar lutando.

Um relato curioso é a paralisação que as duas fizeram na região para impedir o tráfego de ônibus, carros e transportes em geral, motivada pela onda de paralisações no país em junho de 2013. Chegaram a apresentar um Ofício para a polícia local, mas o tenente não aceitou e afirmou que elas não conseguiriam fechar as vias com apenas dez pessoas. Mesmo com a S. grávida de 5 meses e C. com o filho no colo, mobilizaram crianças e adolescentes, com pedras, picaretas e enxadas, cavaram buracos, providenciaram água, ferros, e assim se mantiveram durante toda a madrugada, manhã e tarde do dia 2 de julho, conseguindo impedir a passagem de cinco carretas que levavam óleo e gasolina para abastecer as atividades da Vale.

“Globalizamos a luta, globalizamos a esperança. Então assim, se eu não conseguir ver no outro a minha dor, não tem como! Infelizmente, as pessoas não conhecem a luta, não conhecem a vida da gente, não sabem o que a gente passa. Nós somos vítimas de mineração. Tudo que eles têm hoje, celular de última geração que eles têm, isso é às custas do nosso sofrimento. Do povo do campo e o povo indígena. Se o povo da cidade toma banho a gente não toma, se o povo da cidade almoça a gente não almoça, eles não têm consciência disso.”

Para C., mesmo que de forma infeliz, o crime ambiental provocado pela Samarco em Minas Gerais provocou uma certa visibilidade para a questão da mineração. Ela ressalta a importância de tornar pública a vivência dos povos do campo e dos indígenas, que são vítimas diretas do extrativismo. Desde sua participação no MAM, em 2013, ela percebeu que se abriram espaços para que esses pudessem falar de suas opressões, e assim divulgar os impactos sofridos por esses

povos. Ainda que de forma abstrata, as pessoas têm maior consciência do que é a mineração. “Pelo menos eles sabem um pouco do que a gente vive nessas áreas”, diz ela.

“

Quando teve um fluxo maior de pessoas indo para mina, as mulheres queriam trabalhar com retroescavadeira. E por a mulher ter as questões de menstruação por exemplo, para deixar o equipamento ela precisa comunicar o supervisor para mandar uma van para substituí-la e ela poder ir ao banheiro. E o banheiro que tem lá é banheiro químico. Eu penso que devido a essas dificuldades, elas foram entrando e depois migraram para área de saúde... ou foram mandadas embora.”

“

Por causa da opressão, por causa do medo, elas (as mulheres da comunidade) não apoiam muito a nossa luta. Elas apoiam por trás, mas não falam que são esposas do fulano de tal. Eu mesmo tenho marido que trabalha em mineração, ele fala “não mexe com isso, vai me atrapalhar” eu digo “dane-se, eu to indo”. Ou você vai na marra, ou você é oprimida também e fica no seu cantinho trabalhando e cuidando dos filhos.”

?

Catas Altas, MG

Município com histórico de garimpo e muita dependência econômica da mineração, quase 100% da renda depende da atividade, atualmente sob controle da Vale.

O,

Com 58 anos, **O.**, responsável pelo cuidado dos pais - ambos com 87 anos, foi uma das vítimas da lama da Samarco. Isso depois de achar que se veria livre da empresa ao se mudar para uma cidade a 5km de distância, já que desde seus 19 anos convivia com a instalação “tubulões” na área onde morava. “Acabou com a minha vida”, diz a aposentada, que trabalhou na roça com fabricação de queijo, farinha, criação de cabras e porcos.

“Fui perseguida a vida inteira pela Samarco e Vale, tanto na roça quanto na cidade.”

Barra Longa foi uma das regiões mais atingidas, onde a lama se estacionou. Por sorte, **O.** tinha a casa construída num terreno acidentado com coluna de 2m de sustentação, o que fez com que os rejeitos não conseguissem entrar, mas até hoje não consegue encontrar antigos vizinhos e vizinhas. A população segue pedindo seus itens de volta, mas sem sucesso algum.

“ É uma dor para sempre... Jogaram lama na nossa alma, na nossa saúde... é um trauma para sempre ”

“ A minha história com a Samarco é longa; ela começa quando a Samarco começou a implantar a mineradora aqui em Mariana. Na época eu tinha 19 anos, era casada, morava na roça, e aí chegou os grandões da Samarco para desapropriar parte da terra, o tubulão cortar nossa propriedade de um canto a outro. Na época eu tava grávida, e foi um transtorno, e lá vem poeira, e lá vem buraco. Quando eu penso que já tá

sossegado lá vem de novo a Samarco, quer dizer, a Samarco não, Samarco é nome fictício, é Vale. Há oito anos atrás eu sai da roça, comprei um terreno pra mim bem longe, a 5km dos tubulões da Samarco, comprei um lote bem grande. Aí dia 5 de novembro, vem a Samarco e destruiu tudo que eu tinha. Acabou com tudo, acabou com o rio, aquele rio não vai ser mais recuperado. O rio tá assoreado, deve ter mais de 1m de lama, tirar aquilo como? Morreram todos os peixes, os moradores pegavam os peixinhos no rio pra alimentar, lá pegava-se dourado, tinham grandes escores de dourados. O padre da cidade bandeou pro lado da Samarco e a gente tava lá a ver navios. Se fosse eu que mandasse nesse país, não produzia mais minério. Tem país que compra minério de outro lugar. Eles ficam com o bônus e a gente com a consequências, os ônus. Todo lugar que as mineradoras atuam só deixa prejuízos e desastre ecológico. Esse crime foi o maior crime do Brasil. E daí, quantos mortos, quantas pessoas desabrigadas, acabou com a fauna, a flora, quantos produtores rurais estão à deriva. E a gente tá lá aspirando aquela poeira venenosa, pisando naquela lama venenosa. E semana passada eles vieram convidar a gente p uma reunião para falar sobre saúde. Tirar a gente da casa da gente pra ouvir isso? Não puseram lá um medidor de poeira. Tá tudo empoeirado. Eu falei mas você tem a cara de pau de falar isso? E a gente tá vivendo lá. ”



Barra Longa, MG

Conta com a produção agrícola e pecuária, de extração vegetal e silvicultura. Um dos municípios mais impactados pela lama da Samarco/BHP/Vale.

M,

A história de vida de **M.** é marcada pela sua paixão pelo rio Amapari, mas também pela segregação social e ausência de direitos, já que a funcionária pública, casada há 40 anos, teve sua infância discriminada por ser filha de agricultor.

Seu pai foi um dos pioneiros, desbravou o terreno e ajudou a construir até a última casa da cidade - que deu suporte a instalação do primeiro projeto de mineração industrial na Amazônia por parte da Indústria de Comércio e Minérios S.A. (ICOMI). Ao fim da construção, o gerente da ICOMI, na época um americano, ofereceu ao seu pai uma casa na última rua da cidade. Ele e a família acharam que seria muita humilhação e não aceitaram, responderam que queriam uma casa em que pudessem produzir. Então seu pai abriu mão da indenização em troca de um terreno, para virar agricultor. Foi a partir disso que a estratificação social ficou nítida.

Ela e seus irmãos não podiam frequentar escolas da cidade, ir ao cinema ou fazer compras no mercado. As mulheres em situação de prostituição tinham carteirinha para entrada no cinema e a entrada era proibida para os filhos/as de agricultores. A escola ribeirinha era separada do resto da população da cidade, e eles iam e voltavam remando numa distância imensa, mas ainda assim ela e todos os seus 9 irmãos conseguiram completar os estudos. Seu pai produzia muita coisa - frutas, legumes, verduras, e levava esses alimentos para abastecer o mercado, mas eles não podiam entrar. Os “nativos” não tinham o direito de consumir nada do mercado, que era dos norte-americanos. O pai vendia pro mercado mas era a mãe quem ia receber o dinheiro e levava filha junto. Elas recebiam o dinheiro, mas saíam de mãos vazias.

Para tentar comprar o que precisavam, ela, irmãos e mãe batiam de casa em casa, pedindo para que as pessoas verificassem se havia sobrado cota para comprar por exemplo, 1kg de açúcar (tudo era limitado), mas a maioria das pessoas se negava a fazer esse favor. Era uma situação humilhante, conta a funcionária. Ela só conseguiu finalmente fazer compras quando terminou seus estudos em Macapá, casou-se e retornou porque seu marido era funcionário da ICOMI.

Entrava no supermercado com cartão na mão, para mostrar que tinha direito de comprar. O gerente saía de trás do balcão e já se dirigia a ela: “Índia, o que queres com esse cartão na mão?” Ela retrucava: “Vim fazer compras, agora eu tenho direito, volta para o teu lugar.”

Sempre que encontrava agricultores do lado de fora, fazia questão de comprar o que eles precisavam e entregar no caixa, o que levou à demissão do seu marido logo após um acidente de helicóptero que o levou a um estado de coma. Ele era topógrafo, foi enviado para o Rio de Janeiro após o acidente, mas logo após foi demitido e não teve direito à aposentadoria nem indenização.

O Rio Amapari é sua paixão, onde morou até seu marido adoecer e não ter mais idade para ficar na beira do rio. Hoje o casal vive com um neto, que adotaram como filho, e têm três filhos e sete netos. Depois da ICOMI ainda vieram outras empresas extrativistas que continuam causando danos gravíssimos ao ambiente e à população. Muitas empresas, como a MMX, acabaram saindo do local por não estarem adequadas com as regras ambientais.

O que **M.** enfatiza é que toda a segregação que sofreu não é relatada da mesma maneira por seus irmãos mais velhos, que são todos homens. Sua condição de filha de agricultor somada ao fato de

ser mulher, fez com que ela e suas irmãs se vissem atingidas diretamente pelas atividades das mineradoras.

“A mulher é muito cobrada na empresa quando eles descobrem que ela está fazendo parte de movimento. Algumas são demitidas, ameaçadas. Tu pode até fazer parte do movimento, mas tu não abre a boca. Isso acontece com naturalidade, a gente vê muito frequentemente..”

“Nós mulheres temos muito mais capacidade de analisar. Porque nós sentimos na pele. É o nosso sangue que jorra. É a nossa carne que rasga diante de todas essas consequências terríveis que a gente tem que vivenciar”

?

**Serra do Navio,
Amapá.**

A cidade foi criada para moradia dos trabalhadores da extração de manganês promovida pela Indústria e Comércio de Minérios, mas as reservas se esgotaram antes da previsão e a empresa deixou o local, fazendo com que a Prefeitura tomasse a administração. Hoje atividades econômicas são as de agricultura, pequenos comércios e turismo. A renda que movimenta a economia provem dos funcionários do município e ex-funcionários da ICOMI.

J,

A maranhense **J.** migrou para Araguaina pequena, de Araguaina para Goiânia, e de lá para Silvânia. Foi trabalhadora da saúde durante 22 anos e tem seis netos. Teve seus primeiros contatos com a mineração no assentamento onde vive – bem no meio da “glória” do agronegócio de soja -, criando gado, porco e galinha com o marido. Sua chegada foi marcada pela destruição do rio Piracajuba, por conta de dragas que tiram areia e argila do leito do rio para construção civil. Esse é um problema recorrente nos assentamentos da região, e há uma associação dentro de seu assentamento que tenta parar o trabalho das dragas, para evitar a destruição do rio. Muitos peixes já foram mortos e não se sabe se ainda há possibilidade de banho. Segundo ela, as mineradoras têm autorização da Secretaria de Meio Ambiente para retirar as dragas, mas não usam na construção civil no local, levam para outro lugar. Quando a licença está perto de vencer, elas se movimentam para renovar, pois tem algum contato dentro da Sema. Infelizmente, sua comunidade é uma das menos mobilizadas com o tema, pois muitos ainda acreditam que o projeto não é prejudicial a eles. O que ela conta é que algumas regiões mais afetadas são bem mais fortalecidas, principalmente através de associações de mulheres.

?

Silvania, Goiás

Criada para a exploração aurífera, a cidade atualmente conta com atividades de agronegócio. Em 2010, 64,11% da produção foi voltada para a soja. Além disso, se expressam na economia local a pecuária e produção de tijolos que são destinados em sua maioria para Brasília. Distrito em que algumas comunidades são atingidas pela extração de areia, que destruiu 3 rios. As comunidades do distrito de Silvânia estão no meio de uma área em que predomina o agronegócio, que utiliza muita água.

Cartazes gerados nas oficinas:



5.

Con
clu
são

Esta publicação é o resultado de uma reflexão com um grupo de mulheres que vivencia cotidianamente a mineração, o que permitiu visibilizar as perspectivas das mulheres, suas necessidades e interesses, assim como suas demandas. As experiências das mulheres com a mineração são diversas: elas variam dependendo de como a atividade se relaciona com suas vidas, seu trabalho, seus corpos e seu cotidiano. Apesar dessa diversidade, é possível identificar experiências em comum entre elas, principalmente no que se refere aos impactos.

A mineração:

Aprofunda a divisão sexual do trabalho, já que poucas mulheres são incorporadas à grande mineração em postos de trabalho formais; na verdade, a presença majoritária das mulheres na mineração se dá na informalidade dos garimpos ou em postos de trabalho precários, com significativa terceirização.

aprofunda a dependência econômica das mulheres com relação aos homens, pois quando a mineração se instala, ela tende a fazer com que a economia das comunidades gire em torno dela. Isso significa que ela geralmente destrói alternativas econômicas comunitárias promovidas pelas mulheres, minando sua autonomia.

Contribui para que as mulheres percam a segurança alimentar, pois é uma atividade que utiliza os recursos naturais de forma intensiva e geralmente implica na contaminação do solo e das águas, e por consequência, dos alimentos.

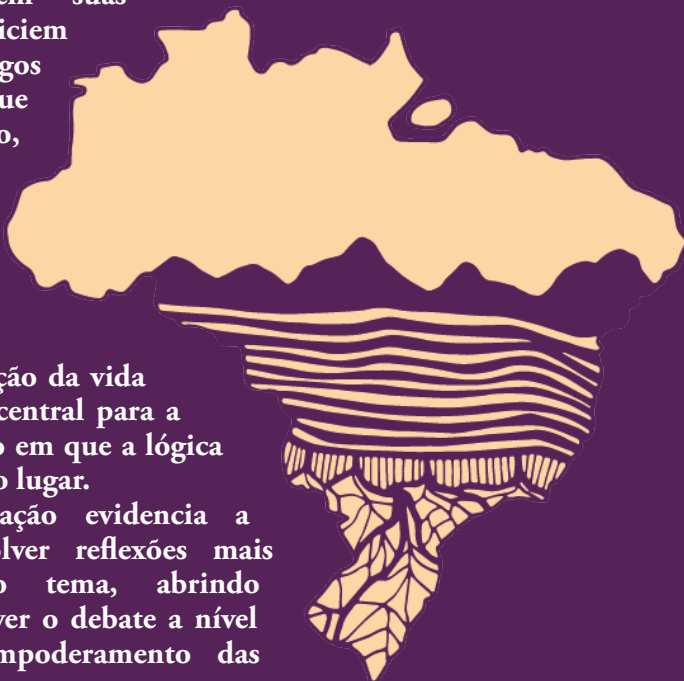
Deteriora a saúde das mulheres e de suas famílias, implicando no aumento de doenças de diversos tipos e gerando uma intensificação do papel de cuidado que elas exercem em seus lares.

Gera mercantilização das vidas, ao impossibilitar o cultivo de alimentos e plantas em hortas caseiras ou comunitárias demandando a compra

de alimentos com veneno; ou ao aumentar os casos de doenças e demandar a compra de medicamentos, por exemplo. Também gera a mercantilização dos corpos das mulheres ao favorecer a expansão da prostituição nas comunidades.

Expõe as mulheres à diversos tipos de violência, principalmente doméstica – ao introduzir alcoolismo e drogas nas comunidades - e sexual – ao trazer um grande contingente de homens forasteiros para os territórios.

Nesse sentido, é possível afirmar que a mineração modifica as dinâmicas locais onde se instala, adicionando variados tipos de conflitos. Como a vida das mulheres já é permeada por desigualdades, elas são especialmente atingidas nesse processo. No entanto, isso também faz com que elas se engajem com mais frequência na luta por direitos, em defesa de suas comunidades, seus modos de vida e seus territórios, o que nem sempre é um processo fácil. Por isso, é preciso reconhecer as mulheres enquanto sujeitos fundamentais para as transformações sociais. É essencial fomentar iniciativas que as fortaleçam em suas capacidades, que propiciem oportunidades de empregos não precarizados, que combatam a discriminação, que promovam seu acesso à serviços básicos e sua participação política. O fato de as mulheres serem as principais responsáveis pela produção e reprodução da vida as coloca numa posição central para a construção de um mundo em que a lógica da vida esteja em primeiro lugar. Essa primeira aproximação evidencia a necessidade de desenvolver reflexões mais aprofundadas sobre o tema, abrindo possibilidades de promover o debate a nível local e avançar no empoderamento das mulheres nos territórios.



6. Bibliografia

BILDER, Marisa. Mujeres como sujetos políticos en la lucha contra la megaminería en Argentina. Facultad de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-038/346.pdf>>; Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 482, de 8 de junho de 1938. Aprova a Convenção relativa ai emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas de qualquer categoria, firmada em Genebra a 18 de Julho de 1935, por ocasião da 19ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Diário Oficial da União. Seção 1. 13/06/1938. p. 11755. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-482-8-junho-1938-350801-publicacaooriginal-1-pe.html>>; Acesso em 6 set. 2016.

C. CASTILHOS, Zuleica (org.). Gênero e Trabalho Infantil na Pequena Mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/11231-Genero_trabalho_infantil.pdf>; Acesso em 6 set.2016.

CAROLA, Carlos Renato. Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964) Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 247-250, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200019/7908>>; Acesso em 5 set. 2016.

CENTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS AMBIENTALES. Mujeres mineras de Latinoamérica: activas defensoras de la vida de sus comunidades. Ecoosfera, 25 jan. 2016. Disponível em: <<http://ecoosfera.com/2016/01/mujeres-mineras-de-latinoamerica-activas-defensoras-de-la-vida-de-sus-comunidades/#/>>; Acesso em: 6 set. 2016.

CENSAT AGUA VIVA. Colombia: Mujeres semillas de movilización y resistencia. Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales. Colombia, 9 mai. 2016. Disponível em: <<http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/colombia-mujeres-semillas-de-movilizacion-y-resistencia>>; Acesso em 6 set. 2016.

CINEP. Impactos de la Minería en los derechos de las mujeres rurales en Colombia. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CEDAW/RuralWomen/CINEP.pdf>>; Acesso em 6 set. 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Manual para a instrução do Requerimento de Lavra. Disponível em: <<http://outorga.dnpm.gov.br/SitePages/documentosreql.aspx>>; Acesso em: 06 set. 2016.

FEDERICI, Silvia. O Feminismo e as Políticas do Comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO,

Renata (org.). Feminismo, Economia e Política - Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>; Acesso em: 6 set. 2016.

FIGUEROA, Patricia Alvarez de. Mujeres del Silencio de Andalgá. Medio Ambiente y Salud. Uruguai, 26 mai. 2011. Disponível em: <<http://ecosalta.blogspot.com.br/2011/05/mujeres-del-silencio-deandagala.html>>; Acesso em 6 set. 2016.

IBASE. Mineração Pós-boom Fact Sheet. No prelo

LEAL, Maria Lucia; **LEAL**, Maria de Fátima. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. (Pestraf), 2002.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Untreated Violence: The Need for Patient-Centred Care for Survivors of Sexual Violence in the Platinum Mining Belt. Cape Town, África do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.msf.org/sites/msf.org/files/msf_untreatedviolence_web.pdf>; Acesso em: 6 set. 2016.

Disponível em português: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/1-em-4-mulheres-e-estuprada-em-zona-mineradora-na-africa-do-sul-diz-msf/>>;

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Plano Nacional de Mineração 2030. Maio de 2011. Disponível em:<http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf/f7cc76c1-2d3b-4490-9d45-d725801c3522>; Acesso em: 06 set. 2016.

MIRANDA, Boris. La “escalofriante” alianza entre la minería ilegal y la explotación sexual en Sudamérica.

BBC, Mundo, 12 abr. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160406_america_latina_alianza_siniestra_mineria_ilegal_trata_mujeres_prostitucion_sexual_bm>; Acesso em 6 set. 2016.

MUNHOZ, Fabíola. Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem esse caminho? Revista Repórter Brasil, 6 ago. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/08/rotas-da-exploracao-sexual-por-que-muitas-mulheres-da-amazonia-seguem-esse-caminho/>>; Acesso em 6 set. 2016.

OLIVEIRA, Rafael. Um olhar sobre as redes de prostituição e tráfico de mulheres na fronteira Brasil – Venezuela a partir das rodovias BR-174 e Troncal 10, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/222.htm>>; Acesso em: 6 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/454>>;

Acesso em: 6 set. 2016.

ROCHA, Paula. Mulheres na Mineração. Revista ISTOÉ. Comportamento, 11 fev. 2011. Disponível em: <http://istoe.com.br/123914_MULHERES+NA+MINERACAO>. Acesso em 6 set. 2016.

SENOTIER, Daniele; HIRATA, Helena; LEDOARE, Helene. Dicionário Crítico do Feminismo, São Paulo: Ed.UNESP, 2009. 272p.

SOF. Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, . Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2010/11/cuidado_trabalho_e_autonomia_das_mulheres.pdf>. Acesso em 6 set. 2016.

SOF. Mulheres em Luta por uma Vida Sem Violência. São Paulo: SOF, 2015.

SOF. Prostituição: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 2013.

SOF. Trabalho, corpo e vida das mulheres – uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios. São Paulo: SOF, 2014.

SVAMPA, Maristella. Observatório da Indústria Extrativa. Ibase. Acesso em: 5 set. 2016. <<http://industriaextrativa.ibase.br/2016/07/22/com-mais-extrativismo-temos-menos-democracia-diz-maristella-svampa-em-entrevista-2/>>

THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. Organized Crime and Illegaly Mined Gold in Latin America. Geneva, Suíça, 2016.

ZONTA, Márcio. Sete estados mineradores concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher. Brasil de Fato. Gênero, 8 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/sete-principais-estados-mineradores-tem-312-dos-casos-de-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em 6 set. 2016.

_____, _____. Passar “dez anos sem férias” é condição comum na mineração brasileira, diz sindicato. Brasil de Fato. Especial, 4 de jul. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/04/passar-dez-anos-sem-ferias-e-condicao-comum-na-mineracao-brasileira-diz-sindicato/>>. Acesso em 6 set. 2016.

